

Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família – PAIF

REVISITANDO AS ORIENTAÇÕES TÉCNICAS DO PAIF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – MOGI DAS CRUZES

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES

PMMC 2024



EXPEDIENTE

Secretária de Assistência Social de Mogi das Cruzes
Adriana Ferreira dos Santos

Diretora de Departamento da Proteção Social Básica
Ana Beatriz de Oliveira Lima

Elaboração:

Coordenação Técnica

Carla de Cassia Costa de Barros

Grupo de Trabalho – Orientações Técnicas PAIF

Angela Batista da Silva

Angélica Erba Ignácio

Eda Aparecida Moura Menezes

Eric Victor Hugo Oliveira

Maria Quitéria dos Santos Mayer

Miguel Bernardes Junior

Selma Santos

Sidney Antonio Salles

Silmara Piccolo de Sousa

Tatiane Martins Gomes

Valéria Carmo Queiros Alves

Vanessa Aparecida Alves Correa

Colaboração Técnica

CRAS Vila Brasileira

CRAS Centro

CRAS Cesar de Souza

CRAS Jundiapéba I

CRAS Jundiapéba II

CRAS Jd. Layr

CRAS Vila Nova União

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

PMMC	Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes
SEMAS	Secretaria Municipal de Assistência Social
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PAIF	Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
OSC	Organização da Sociedade Civil
BPC	Benefício de Prestação Continuada
PBF	Programa Bolsa Família
SPSBD	Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo
PSB	Proteção Social Básica
PAEFI	Serviço de Atendimento Especializado a Família e Indivíduos
ACESSUAS	Programa de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
ILPI	Instituição de Longa Permanência para Idosos
LBV	Legião da Boa Vontade
GT	Grupo de Trabalho

Sumário

INTRODUÇÃO.....	4
O PAIF	6
Vulnerabilidade Social e Território	9
O CRAS como Porta de Entrada	13
Objetivos e Metas do PAIF.....	16
METODOLOGIA DO TRABALHO.....	20
Oficina com Famílias – Cine CRAS.....	22
Revisão da acolhida PAIF	25
Encontro intergeracional entre adolescentes e pessoas idosas	28
Ação Interativa – PIT STOP – Faça bonito – rumo ao 18 de maio	30
Plano de ação para atendimento e acompanhamento de famílias em descumprimento das condicionalidades do programa Bolsa Família	33
Ação comunitária “Pré-conferência municipal de Assistência Social no território do Jardim Layr”	36
Grupo de cuidadores e pessoas idosas.....	39
Bibliografia.....	47
Anexo - Fluxo de Atendimento do PAIF à Pessoa Idosa e sua Família.....	48

INTRODUÇÃO

Após 06 anos da primeira elaboração municipal das "Orientações Técnicas do PAIF - Mogi das Cruzes - 2016", iniciamos o processo de revisarmos essa escrita, agora à luz de novos saberes, novas práticas e principalmente muitas inquietações acumuladas no decorrer desses 15 longos anos de muito trabalho das equipes dos Centro de Referência de Assistência Social – CRAS em Mogi das Cruzes. Todo esse acúmulo somado ao novo cenário social, pós pandemia de covid-19, nos conduziram durante um ano e meio, a um exercício quase etimológico para retomar o conceito de vários termos e práticas que os enfrentamentos diários nos fazem descolar da nossa gênese. Não se trata de criar nenhum novo conceito, mas abrir novos diálogos com conceitos tão repetidos e por vezes esvaziados, na tentativa de ocupar lacunas e alinhar reflexões.

Dessa forma esse volume se dedica a jogar luz em nossa atuação, imprimir uma identidade ao nosso trabalho e contribuir para aprimorar e fortalecer a Proteção Social Básica em Mogi das Cruzes.

Nosso caminhar se deu ao longo de 31 encontros quinzenais, realizados de setembro de 2022 a dezembro de 2023, com a participação de um ou dois técnicos de nível superior, representantes de cada um dos 07 CRAS do Município.

Em cada encontro um tema relevante ao trabalho do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) era discutido e uma provocação para reflexão era sugerida que fosse levada para discussão com toda a equipe, assim fomos alinhando as contribuições de todas e todos e tecendo esse volume.

Uma questão em particular ecoou em todos os encontros: “O que é o PAIF?”. Uma resposta rápida citaria as definições descritas na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais ou nos Guias de Orientações sobre o PAIF, mas com as reflexões percebemos que definir nossa atuação não seria uma tarefa fácil. Só seria possível, olhando para trás, respondendo quem fomos, de onde partimos, onde estamos, como e aonde queremos chegar. Essas perguntas nos acompanharam no decorrer dos encontros e estão presentes ao longo de todos os capítulos, esperamos que todas elas os encontrem, também.

O capítulo “O PAIF” traz uma breve contextualização histórica não só dos CRAS em Mogi das Cruzes, mas da Política de Assistência Social, os questionamentos: “como chegamos até aqui e onde estamos” se apresentam aqui nesse capítulo. Em seus subtítulos, conceitos que permeiam a

nossa prática se desdobraram em leituras como: “Vulnerabilidade Social e Território” que a todo o tempo nos levavam ao questionamento de qual o nosso papel. “O CRAS como porta de entrada” buscou fazer um traçado cronológico de como esse conceito foi se consolidando e questionamentos de como diversas vezes é utilizado para justificar uma atuação que distância o PAIF de seus objetivos. Por isso, voltamos o olhar para nossos objetivos, traçando metas e novos horizontes, descritos em “Objetivos e Metas”.

E por fim, em “Metodologia do Trabalho” não nos esquecemos de compartilhar práticas que são a essência do PAIF, em que cada CRAS, mesmo com suas particularidades, suas dificuldades, tem se feito e refeito cotidianamente. Mostramos nossa potência, com o objetivo de provocar em todos nós: esperança, daquela que nos move.

O PAIF

Para refletir:

"O PAIF é bússola e companhia para os caminhos já demarcados, mas também é campo fértil para a criação de novos caminhos e de outras formas de caminhar." (Marcus Vinícius, psicólogo CRAS V. Brasileira)

Conseguir delimitar o escopo de um serviço que, historicamente, por anos, vêm absorvendo demandas de outras proteções, bem como de outras políticas públicas e conseguir dizer sobre o nosso trabalho, não será uma tarefa fácil para apenas um capítulo, uma vez que provoca o direcionamento do nosso olhar não só para nossa atuação, mas também para nossos limites institucionais.

Há uma palavra – SANKOFA - que surgiu com o provérbio ganês *“Se wo were fi na wo sankofa a yenkyi”*, que significa *“Não é tabu voltar para trás e recuperar o que você esqueceu (perdeu)”*. Seu símbolo é um pássaro mítico. O pássaro apresenta os pés firmes no chão e a cabeça virada para trás, segurando um ovo com o bico - o ovo, por sua vez, simboliza o passado, demonstrando que o pássaro voa para frente, para o futuro, sem esquecer do passado. Simbolizando, assim, a ideia de que para construir um futuro melhor, é preciso conhecer o passado.

Esse primeiro momento, então se destina a olhar o passado, para entendermos onde estamos.

Virando para trás, nos deparamos com uma Política de Assistência Social (PNAS) organizada em Proteções a partir de 2004, cerca de 11 anos após a Lei Orgânica de Assistência Social, com ampla participação da sociedade por meios de contribuições recebidas dos Conselhos, Colegiados, Associações, Fóruns, Universidades, e Entidades ligadas a Assistência Social. Desenhada de forma a atender os anseios de estabelecer políticas permanentes e integradas, em detrimento de ações clientelistas e pontuais.

Em Mogi das Cruzes, em 2009 é realizado o primeiro concurso público para implantar o quadro de servidores e servidoras da Secretaria de Assistência Social, efetivando o descrito pelas normas, de que o CRAS é um serviço público, de administração direta, pois até então era executado por uma Organização da Sociedade Civil, desde 2006.

Desde lá são 14 anos, objetivando configurar o PAIF ao descrito na PNAS, abandonar práticas clientelistas e de caso a caso, porém, como toda política e processo histórico, ora com avanços, ora com retrocessos. Muitos dos(as) profissionais que iniciaram um trabalho em 2009 deixaram de atuar no município, outros(as) chegaram em 2014, a cada chegada de novos(as) trabalhadores(as), como ainda não temos a consolidação de um referencial de trabalho, um novo recomeçar se faz e essa rotatividade traz alguns prejuízos à execução dos serviços, que por vários momentos deixaram de ter sua equipe de referência completa. Outro ponto a considerar é que Mogi das Cruzes não é uma cidade isolada, a conjuntura social e política nacional interferem na Política Pública, principalmente na Assistência Social. Uma vez que nossa sociedade é pautada por um sistema econômico que visa ao lucro e à acumulação das riquezas, baseado na propriedade privada, sendo o mercado o grande ditador de regras e onde a meritocracia e o individualismo são supervalorizados, a depender do quão progressista ou conservador um Governo (Federal, Estadual e Municipal) é, menores ou maiores são as dificuldades de implementar uma Política Pública que tem como norteador o enfrentamento de desigualdades sociais.

Em 2016, com a primeira publicação municipal sobre o PAIF, avançamos em tentar, com a participação de todas as equipes, equalizar as ações necessárias para a estruturação do serviço, construindo parâmetros de ações e procedimentos norteadores.

Em 2020, com a pandemia do covid-19, enfrentamos os impactos do agravo da vulnerabilidade social, em nível nacional, como por exemplo: o retorno do Brasil ao Mapa da Fome, chegando em 2022 a 70,3 milhões de pessoas em estado de insegurança alimentar moderada¹; chegamos em 2021 com a maior taxa média anual de desemprego no Brasil, com 13,2%, de acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)²; o rendimento domiciliar per capita caiu 4,3% em 2020 e 6,9% em 2021, quando foi estimado em R\$ 1.353,00 o menor valor da série histórica³ (PNAD).

Nesse cenário caótico, nós enfrentamos dentro dos CRAS desafios inéditos, como: o atendimento particularizado de forma remota, por telefone ou aplicativo de mensagens, sendo essa, muitas vezes, a única forma de acessar as famílias atendidas. A suspensão das atividades coletivas, grande responsável por gerar movimento em nosso trabalho. Enquanto política pública ora éramos

¹ <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2023/07/fome-no-brasil-piorou-nos-ultimos-tres-anos-mostra-relatorio-da-fao>

² [https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/36351-taxa-media-de-desemprego-cai-a-9-3-em-2022-menor-patamar-desde-2015#:~:text=Com%20o%20resultado%2C%20a%20taxa,hoje%20\(28\)%20pelo%20IBGE.](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/36351-taxa-media-de-desemprego-cai-a-9-3-em-2022-menor-patamar-desde-2015#:~:text=Com%20o%20resultado%2C%20a%20taxa,hoje%20(28)%20pelo%20IBGE.)

³ https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101950_informativo.pdf

inseridos em um rol de ações essenciais, ou seja, ainda que por questões sanitárias a maioria de nossas ações eram priorizadas a serem atendidas de forma remota, não houve, em nenhum momento, fechamento de nenhum dos sete CRAS. Porém, em outros momentos éramos desconsiderados essenciais, a exemplo da nossa exclusão do rol das equipes que atuaram na linha de frente da pandemia para a vacinação e a chegada de equipamentos de proteção individual (EPIs), como máscaras e álcool em gel, que tardou a chegar para nossos(as) profissionais. Somado a isso, o acesso somente online a uma série de serviços, como Defensoria Pública, Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), entre outras, levou a população a acessar o CRAS para poder ser um mediador a esses serviços, gerando acúmulo de funções para os(as) profissionais.

Cabe destacar, que anterior a pandemia, já nos deparávamos com desmontes de direitos sociais via cortes no orçamento público federal, inclusive para a política de assistência social, assim como praticas do fazer profissional anteriormente tão naturalizadas como refletir sobre gênero ou a importância dos movimentos sociais pareciam provocar discordâncias.

Diante deste histórico, nesse curto período de tempo, na contramão da organização da sociedade, com as consequências de uma pandemia, hoje, somos trabalhadoras e trabalhadores com competência técnica, teórica, metodológica e compromisso ético, buscando nos fortalecer, para trazer de volta o PAIF; voltar ao idealizado de um serviço proativo, preventivo e protetivo, estamos agora com os pés firmes no território, para propor pensar novas formas de organização e de relacionamento, para resgatar uma identidade que sempre foi nossa, de romper com os “casos” e não só agrupar demandas, mas coletivizar, trazer a voz do coletivo para dentro do CRAS e fora dos limites do território.

Vulnerabilidade Social e Território

Ao longo desses anos, um elemento importante que também ditou o andamento do PAIF em Mogi das Cruzes foi a percepção sobre a atuação do serviço na vulnerabilidade social. É comum este ser considerado como o único serviço responsável pela superação desta, espera-se que ele seja o garantidor de todos os direitos sociais negados pelas demais políticas públicas que, por sua vez, são isentadas da necessidade de organizar a captação e os recursos necessários para responder com brevidade e assertividade às demandas de vulnerabilidade sociais presentes, também no escopo de atuação de seus serviços.

Não é raro o PAIF receber encaminhamentos cuja a justificativa para nossa intervenção seja superação da vulnerabilidade social, um fim extremamente complexo considerando que o trabalho social com famílias, não se propõem a superar todas as barreiras de acesso a direitos impostas pela vulnerabilidade social, tendo em vista a complexidade das situações vivenciadas pelas famílias nessa condição, mas busca o fortalecimento seja dos núcleos familiares, seja comunitariamente, para que possam elaborar estratégias de mobilizar e/ou fazer frente as mudanças estruturais. Assim, como apontado por Sposati:

“A vulnerabilidade, como o risco, também tem graduação, ao abranger os mais e os menos vulneráveis, isto é, os mais e os menos sujeitos a um risco; ou a serem mais, ou menos, afetados quando a ele expostos. Portanto, podem se identificar dois planos: o das fragilidades e o da incapacidade em operar potencialidades. No caso, atuar com vulnerabilidades significa reduzir fragilidades e capacitar as potencialidades. Esse é o sentido educativo da proteção social, que faz parte das aquisições sociais dos serviços de proteção.” (Modelo Brasileiro de Proteção Social não Contributiva: Concepções Fundantes, 2009, p. 35)

Essa responsabilização exclusiva do PAIF na superação da vulnerabilidade nos desloca dos nossos objetivos, e responsabiliza a Assistência Social, em consequência os CRAS, como “advogados dos mais vulneráveis”, atrelando a garantia de direitos ao acesso a renda⁴. Como se as demais políticas públicas não atuassem ou atuassem descoladas do contexto social, político e econômico. Como já apontado na Introdução, iremos retomar esse tema, em “Objetivos e Metas”.

Observando a PNAS, é possível refutar esse imaginário de “faz tudo” criado acerca do PAIF, a partir de três perguntas simples referentes a Proteção Social Básica, são elas:

⁴ Ver mais em Caderno CapacitaSUAS Volume 1: ASSISTÊNCIA SOCIAL: POLÍTICA DE DIREITOS À SEGURIDADE SOCIAL, 2013 – pág.23.

Para quem? “Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras)”.

A noção de que a Proteção Social Básica (PSB) e, por consequência, o CRAS, se destina à população vulnerável, tem mascarado outras duas perguntas muito importantes no desenvolvimento de nosso trabalho. Uma vez que apenas a presença da vulnerabilidade já tem justificado a atuação. Precisamos entender também:

“Para que e Como” atuar.

“Vulnerabilidade e risco são conceitos distintos: a ocorrência da vulnerabilidade está associada à possibilidade de ocorrência de risco, se não enfrentada a tempo e de forma precisa. Uma situação de vulnerabilidade não conduz, necessariamente, à vivência de uma situação de risco, pois a presença de fatores e condições de proteção social pode atenuar tal condição. Por sua vez, a vivência das situações de risco pode propiciar novas vulnerabilidades, em um processo que fragiliza ainda mais os indivíduos e/ou as famílias”. (Proteção social no SUAS a indivíduos e famílias em situação de violência e outras violações de direitos: fortalecimento da rede socioassistencial, 2018)

Para que atua a PSB? *“A proteção social básica tem como objetivos prevenir situações de risco”* e **Como?** *“por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.”* (Brasil, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Política Nacional de Assistência Social (PNAS), 2005, p. 33) .

Voltando o olhar apenas para o CRAS, as respostas seriam: **Para quem?** *“O CRAS atua com famílias e indivíduos em seu contexto comunitário”*. **Para que?** *“visando a orientação e o convívio sociofamiliar e comunitário.”* **Como?**

“com referência territorializada, que valorize as heterogeneidades, as particularidades de cada grupo familiar, a diversidade de culturas e que promova o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários... prestar informação e orientação para a população de sua área de abrangência, bem como se articular com a rede de proteção social local no que se refere aos direitos de cidadania, mantendo ativo um serviço de vigilância da exclusão social na produção, sistematização e divulgação de indicadores da área de abrangência do CRAS, em conexão com outros territórios”. (Brasil, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Política Nacional de Assistência Social (PNAS), 2005, p. 35)

É possível perceber que a PNAS adotou, sim, famílias em situação de vulnerabilidade social como foco de atuação, porém é muito objetiva em delimitar qual a atuação em relação a essa população. O desenho do CRAS não foi jamais o de ser uma grande “porta de entrada de todas as políticas” ou a “grande responsável” ou o “mediador de conflitos”, mas de prevenção.

É fundamental que essas questões nos acompanhem no planejar e agir do PAIF, para que fique mais evidente a função do nosso trabalho e seja mais seguro responder o que é o PAIF. Devem estar presentes, quando pensamos em como comunicar nosso trabalho; em qual a melhor

forma de mostrar que não somos mais o “plantão social”, com encaminhamentos prontos; no momento de readequar nossas estratégias frente a novas demandas; em planejar ações que tornem o ambiente do CRAS mais leve e acolhedor e o nosso fazer mais eficaz.

Quando refutamos o título de “porta de entrada”, não estamos de maneira alguma fechando nossas portas ao território, estamos adjetivando-a: porta de entrada dos serviços da Proteção Social Básica⁵. Estamos dizendo o que nos cabe fazer com quem adentra, com vistas a canalizar esforços para a prevenção, proatividade, para que cada vez mais pessoas tenham acesso a essa política, as discussões sobre direitos e o controle social possa ser cada vez mais um farol para nossa atuação.

Se por um lado somos sim o local de referência para a população no território para informações e encaminhamentos, somos também um local potente em acolher, em propor reflexões, levantar debates e em coletivizar.

O CRAS, por ser um equipamento público que se baseia na territorialidade, por estar próximo do cotidiano das famílias, tem se tornado um espaço seguro de referência para a população atendida, em que todas as suas necessidades são ouvidas. Porém, diferente de outros equipamentos, como escolas, Unidade Básica de Saúde (UBS), por exemplo, tem se colocado como articulador de demais políticas. Um dos princípios da Política Nacional de Assistência Social é a “Universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;”, princípio este, intrinsecamente ligado a Vigilância Socioassistencial, ou seja, a capacidade da Assistência Social em organizar dados e apresentar essas demandas as demais políticas públicas. Como descrito no Guia de Orientações: em última instância a garantia de acesso não se dá no PAIF.

“As informações de acesso aos serviços socioassistenciais e setoriais sistematizadas, após as mediações, devem ser discutidas no CRAS, com o coordenador, e encaminhadas para o nível central, que coordena e faz gestão do acompanhamento do acesso a serviços (e direitos). Sendo assim, em última instância, o acesso a serviços não é de responsabilidade do CRAS, mas do nível central.” (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Orientações Técnicas sobre o PAIF - Volume 2, 2012, p. 64)

No volume 1 do Guia de Orientações sobre o PAIF, o trabalho social com famílias se dá a partir

“do reconhecimento do papel do Estado na proteção às famílias e aos seus membros mais vulneráveis. Tal objetivo materializa-se a partir do desenvolvimento de ações de caráter “preventivo, protetivo e proativo”, reconhecendo as famílias e seus membros como sujeitos de direitos e tendo por foco as potencialidades e vulnerabilidades presentes no seu território de vivência.” (Brasil, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Orientações Técnicas sobre o PAIF - Volume 1, 2012, p. 12)

⁵ Ver mais em CADERNO DE ORIENTAÇÕES - Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Articulação necessária na Proteção Social Básica, Brasília, 2016 – pág.31

Cabe então a equipe PAIF, dotada de seu conhecimento teórico-metodológico formular estratégias, a partir dos procedimentos já elencados no Serviço (acolhida, atendimento, acompanhamento, oficinas, ações comunitárias, encaminhamentos) meios de garantir que famílias sejam reconhecidas como sujeitos de direitos, mas perceba que esse trabalho não se dá a partir de cada família, ou das potencialidades de cada indivíduo, mas do reconhecimento do território. É por esse motivo que o CRAS está no território, para direcionarmos o nosso olhar e análise para o coletivo, evidenciando que o território reflete as dinâmicas familiares. Conhecer o território significa compreender que as demandas apresentadas pelas famílias, são variáveis de um contexto mais complexo, assim o trabalho do PAIF é direcionado a propiciar espaços de reflexão coletiva. Além disso, cabe ao PAIF a gestão da Proteção Social Básica no território, ou seja, a organização desses dados a fim de subsidiar a oferta de serviços, programas e benefícios socioassistenciais.

O escritor e geógrafo Milton Santos, em seu texto “O Retorno do Território” afirma que:

“Mas a eficácia dessa união vertical está sempre sendo posta em jogo e não sobrevive senão a custas de normas rígidas – ainda que se fale em neoliberalismo. No caso brasileiro, essas normas rígidas a que estamos sendo submetidos há dez anos vêm com o sacrifício da nação.

Enquanto isso, as uniões horizontais podem ser ampliadas, mediante as próprias formas novas de produção e de consumo. Um exemplo é a maneira como produtores rurais se reúnem para defender os seus interesses, o que lhes permitiu passar de um consumo puramente econômico, necessário às respectivas produções, a um consumo político localmente definido e que também distingue as regiões brasileiras umas das outras. Devemos ter isso em mente, ao pensar na construção de novas horizontalidades que permitirão, a partir da base da sociedade territorial, encontrar um caminho que nos libere da maldição da globalização perversa que estamos vivendo e nos aproxime da possibilidade de construir uma outra globalização, capaz de restaurar o homem na sua dignidade.” (Santos, 2005, p. 260)

É na organização horizontal que está a revanche do território, no construir novas formas de se relacionar menos individualistas; na convivência; na educação política; na leitura de mundo; na negação da violência imposta – aí reside a potência do PAIF para com o fazer comunitário, o qual sozinho não garante a efetivação de todos os direitos fundamentais, porém ocupa o lugar de tensionar, refletir sobre como as estruturas do Estado, suas violações estatais e mercadológicas refletem nos relacionamentos familiares e comunitários. A perspectiva do PAIF para o direito social é construir com a família e sua comunidade um caminho de proteção social a ser garantida pelo Estado.

O CRAS como Porta de Entrada

De que tamanho é essa porta?

Em pesquisa⁶ ao site do MDS - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome - encontramos vinte publicações que ou tratam especificamente sobre a atuação do PAIF ou ao falar sobre os serviços da Política de Assistência Social, versam sobre a função do CRAS. Em oito dessas publicações, uma das descrições do que é o CRAS encontramos o termo “porta de entrada”.

Na primeira publicação, denominada “SUAS: Sistema Único de Assistência Social” em 2007, logo após ao lançamento da PNAS (2004) e, anteriormente à elaboração da Tipificação dos Serviços Socioassistenciais (2009), o texto trazia o termo “porta de entrada” do SUAS, localizando-o em áreas de maior vulnerabilidade e iniciava ali um traçado de referência aos serviços socioassistenciais, ainda de forma generalizada. Esse primeiro Guia trazia uma linha do tempo do que já havia sido traçado desde a implementação da Política, bem como os desafios. É nesse contexto que o CRAS era inserido, ainda sem nenhuma discriminação, como porta de entrada do SUAS.

Em 2008 são publicados três volumes do Caderno CapacitaSUAS, dois deles traziam o termo, cada um sob uma perspectiva, sendo elas: *“Os CRAS foram concebidos como a principal porta de entrada para o atendimento social nos diversos territórios. O objetivo é que ele seja um local tão conhecido em uma comunidade como um centro de saúde ou uma escola”*. (Brasil, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. CapacitaSUAS Caderno 1, 2013, p. 112). Aqui na lógica da descentralização do atendimento a importância da capilaridade do CRAS já começa a aparecer. Cabe destacar que a partir daqui o CRAS passa a não ser mais definido com a porta de entrada, mas a principal.

Já o Volume 2 trazia o termo fazendo referência à rede socioassistencial, de maneira geral e aos parâmetros pelos quais essa deve ser organizada: *“Porta de entrada unificada dos serviços para a rede de proteção social básica através de unidades de referência e para a rede de proteção social especial por centrais de acolhimento e controle de vagas.”* (Brasil, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate

⁶ Pesquisa realizada em novembro de 2023, no site: <https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/publicacoes-1/desenvolvimento-social/assistencia-social>

à Fome. CapacitaSuas Volume 2, Desafios da Gestão do SUAS nos Municípios e Estados, 2008, p. 46). Começa a surgir uma diferenciação entre os níveis de proteções sociais, e a quem é referenciada as unidades.

Entre 2009, pós lançamento da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais e 2011, antes do lançamento dos Guia de Orientações Técnicas Volume 1 e 2, todas as três publicações repetem a definição de principal porta de entrada do SUAS, “*responsável pela organização e oferta de serviços da proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) nas áreas de vulnerabilidade e risco social*”, ou seja, nesse período já percebemos uma maior delimitação de sua atuação, já não mais tão genérica como em 2007.

Em 2012, o Caderno da Assistência Social⁷ traz na sua página 03 a definição da Política como:

“Organizada sob a forma de um sistema único, a Assistência Social passou a se estruturar a partir do território, estabelecendo suas ações em dois níveis de proteção: básica e especial, sendo esta de média e alta complexidade. Para cada nível de proteção, o SUAS concebe uma unidade pública de referência na prestação de um conjunto de serviços e na concessão de benefícios – o Centro de Referência de Assistência Social - CRAS e o Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS – unidades que configuram a porta de entrada dos usuários no sistema e a garantia do direito de acesso e da oferta de provisões específicas desta política”.

reforçando os contornos que foram surgindo das especificidades de cada proteção, bem como de cada referência.

Os dois volumes do Guias de Orientações Técnicas, que traziam todo o desenho do traçado metodológico do PAIF, lançados em 2012, já não utilizam esse termo, aprofundando-se mais no caráter preventivo das ações.

Somente em 2016, com o “*CADERNO DE ORIENTAÇÕES: Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos / Articulação - Necessária na Proteção Social Básica*”, é que, novamente, encontramos o CRAS como porta de entrada, porém, agora estabelecido que “*A oferta dos serviços de proteção social básica tem o CRAS como porta de entrada para os três serviços que estão na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009). O CRAS é a referência para o cidadão acessar a rede socioassistencial*”.

Entender como ao longo do tempo foi sendo construída a referência do CRAS é importante para que possamos abandonar algumas práticas adotadas, como de subalternização do PAIF ou

⁷ Ver publicação em:

https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/caderno_assistenciasocial.pdf

ainda encará-lo como focalizador de emergências sociais, criando um grande gargalo no atendimento à população, além de descaracterizar os objetivos do Serviço. É necessário superar a lógica de “plantões sociais” em que se atendia de tudo um pouco e que coloca o CRAS como grande triador e encaminhador de tudo, por “estar no território”.

Não é mais possível alocar o CRAS na categoria porta de entrada para justificar o seu atendimento a todos os tipos de demanda, sem entender o como foi se construindo esse serviço.

É preciso nos perguntar: Por qual motivo estamos espalhados nos territórios?

O que significa estar no território?

Porta de entrada por estar no território é ser em muitos casos o primeiro local em que as famílias acessam, recebem informações e, em muitos casos, experimentam a cidadania de forma concreta. Entrada, nesse contexto, é ter a informação, é conhecer. Não se trata de uma sequência irrevogável de atendimentos.

O PAIF não atua em territórios em branco, imaculados ou livres de riscos sociais, ao contrário, está estrategicamente inserido nesses espaços, para, com seu caráter preventivo, possa comunicar as demandas desses locais. Não podemos inocentemente imaginar que nossa tarefa de prevenção se dará em um contexto neutro, mas identificando essas vulnerabilidades podemos encaminhar, quando necessário, e planejar e replanejar nossas ações a fim de propor espaços de reflexão, que objetivam propor novas formas de se relacionar e exigem novas formas de governar; cada vez mais horizontais e com mais participação popular.

Sendo assim, o CRAS não se detém em “solucionar” os casos, mas nesse movimento de identificar demandas, organizar e devolver reflexões ao território, podemos não só ser portas, mas, também, como janelas que não só recebem vulnerabilidades, as quais podem dar vazão às potencialidades.

Objetivos e Metas do PAIF

Durante o caminhar dos encontros muitos entraves para a execução do PAIF foram expostos e aprofundados, sendo assim, não os ignorar fez parte desse processo para que fosse possível compreender quais rotas deveríamos recalcular. Em qualquer trajeto conhecer os caminhos, ter mapas, rotas, são atividades fundamentais para se chegar, mas antes mesmo um ponto é fundamental: o norte! Além, de como se quer chegar é preciso saber onde se quer chegar.

São eles:

- Fortalecer a função protetiva da família, contribuindo na melhoria da sua qualidade de vida;
- Prevenir a ruptura dos vínculos familiares e comunitários, possibilitando a superação de situações de fragilidade social vivenciadas;
- Promover aquisições sociais e materiais às famílias, potencializando o protagonismo e a autonomia das famílias e comunidades;
- Promover acessos a benefícios, programas de transferência de renda e serviços socioassistenciais, contribuindo para a inserção das famílias na rede de proteção social de assistência social;
- Promover acesso aos demais serviços setoriais, contribuindo para o usufruto de direitos;
- Apoiar famílias que possuem, dentre seus membros, indivíduos que necessitam de cuidados, por meio da promoção de espaços coletivos de escuta e troca de vivências familiares.

“O trabalho com as vulnerabilidades reduz os danos provocados por riscos, isto é, diminui o possível efeito de deterioração que poderá causar uma futura vivência de risco. A existência e a gradualidade do risco e o trabalho preventivo sobre as vulnerabilidades levam à hierarquização das atenções de proteção social em níveis básicos e especial e, ainda, em média e alta complexidades.” (Sposati, 2009).

Embora na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais algumas seguranças previstas são encontradas no escopo desses dois serviços de níveis de proteções diferentes (PAIF e PAEFI), os seus objetivos, trabalho essencial, impactos e públicos⁸ se distinguem, delimitando os limites e especificidades de cada um. Enquanto PAIF os objetivos trazem sempre verbos como:

⁸ - Famílias beneficiárias de programas de transferência de renda e benefícios assistenciais: em especial BPC e Descumprimento 2º repercussão. - Famílias que atendem os critérios de elegibilidade a tais programas ou benefícios, mas que ainda não foram contempladas; - Famílias em situação de vulnerabilidade em decorrência de dificuldades vivenciadas por algum de seus membros; - Pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas que vivenciam situações de vulnerabilidade e risco social.

promover e prevenir, o Serviço de Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) trata de contribuir para restaurar, romper e reparar.

Em relação ao trabalho essencial as semelhanças estão em atividades como: Acolhida; estudo social; visita domiciliar; orientação e encaminhamentos; informação, comunicação e defesa de direitos; promoção ao acesso à documentação pessoal; mobilização e fortalecimento de redes sociais de apoio; mobilização para a cidadania e elaboração de relatórios e/ou prontuários. E se distinguem, quando as ações do PAIF aparecem mais voltadas ao coletivo e preventivo como: grupos de famílias; atividades comunitárias; campanhas socioeducativas; desenvolvimento do convívio familiar e comunitário; conhecimento do território; cadastramento socioeconômico; notificação da ocorrência de situações de vulnerabilidade e risco social; busca ativa, essas descritas apenas no escopo do PAIF.

Quando buscamos as especificidades do PAIF no impacto esperado do serviço é dele a expectativa em reduzir a ocorrência de vulnerabilidade e prevenção da ocorrência de risco.

“A ideia de proteção social exige forte mudança na organização das atenções, pois implica superar a concepção de que se atua nas situações só depois de instaladas, isto é, depois que ocorre uma desproteção. A aplicação ao termo “desproteção” destaca o usual sentido de ações emergenciais historicamente atribuído e operado no campo da assistência social. A proteção exige que se desenvolvam ações preventivas.” (Sposati, 2009)

Além disso, quando falamos de proteção social, tiramos a responsabilidade de apenas um ator social, onde muitas vezes recai sobre as famílias o rótulo de negligentes. Mudar o olhar significa que para aquela realidade de desproteção social diferentes atores não conseguiram proteger, não conseguiram fazer com que determinado direito não fosse violado.

Com todos esses conceitos em mãos e pensando em retomar a rota que nos guie até esses objetivos, dentro dos limites das especificidades do PAIF e na construção de um sistema integrado entre benefícios e serviços, elencamos as seguintes metas:

Metas:

- Aumento do público nos Serviços e Programas da PSB (Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV, Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio - SPSBD, Criança Feliz, ACESSUAS);
- Aumento do acompanhamento de famílias em Descumprimento do BF;
- Aumento do acompanhamento das famílias inseridas nos Serviços e Programas da PSB;

- Aumento da Oferta do PAIF em Territórios sem serviços da PSB;
- Aumento do encaminhamento para os Serviços da PSB (Acolhida);
- Aumento do acompanhamento das famílias inseridas no Benefício de Prestação Continuada (BPC);
- Qualificação da referência aos Serviços da PSB;
- Ampliação das ações focadas em prevenção;
- Ampliação de ações de participação social;
- Aumentar a participação de usuários(as) e técnicos(as) nos Conselhos de Direitos;
- Qualificar o Cadastro Único dos usuários(as) dos Serviços da PSB;
- Mais equiparação entre os atendimentos de Cadastro Único e PAIF;

As metas aqui apresentadas foram pensadas a partir dos objetivos, propostos no Protocolo de Gestão Integrada e na Tipificação, em conjunto com o Departamento de Proteção Social Básica. Com o intuito de detalhar objetivos tão complexos, quanto: “Fortalecer a função protetiva da família” e apontar o desempenho dos CRAS em Mogi das Cruzes em atingi-los. Não se trata de impor metas inatingíveis que se findam em si mesmas; nesse sentido, ampliar o número de famílias em acompanhamento inseridas no BPC, por exemplo, só faz sentido quando se percebe que é preciso chegar antes nas famílias que possuem pessoas idosas entre seus membros e propiciar vivências que fortaleçam vínculos, evitando possíveis isolamentos sociais⁹ e não porque é preciso simplesmente aumentar o número de acompanhamentos. As metas só encontram sentido no planejamento do PAIF quando coladas aos objetivos, quando coladas a quem se destina o PAIF e quando coladas a como atua o PAIF. Vale aqui ressaltar a importância do trabalho das coordenações dos CRAS, responsáveis pela organização gerencial do trabalho social com famílias do PAIF.

Outra questão sempre importante de se considerar é o que é necessário para que esses objetivos e metas sejam alcançados, para isso um importante norteador é o Índice de Desenvolvimento dos CRAS – IDCRA, que foi construído com base em uma série de informações

⁹ Sobre o atendimento do PAIF a população idosa e suas famílias ver anexo 1.

consideradas, como mais importantes, para descrever a “qualidade dos serviços”¹⁰. Uma ferramenta que pautada nas dimensões estrutura física, recursos humanos e serviços e benefícios aponta por exemplo se a quantidade de equipes é adequada, se as condições físicas dos serviços comportam todas as atividades necessárias na execução do PAIF. Um olhar atento da gestão em todos os níveis para esses dados é essencial para garantir condições de trabalho e atendimento de qualidade a população. Assim, como não é possível descolar metas dos objetivos, tão pouco é possível se afastar dos recursos necessários para o atendimento.

Ao final desse caminhar um ponto que ainda requer amadurecimento e um olhar mais aprofundado: é quais são os agravantes dos riscos? O que torna uma família mais ou menos fragilizada/vulnerável aos riscos sociais? Essas seriam respostas importantes para se monitorar o trabalho do PAIF e uma bússola para sua ação. Seriam indicadores não só de uma perspectiva do desempenho do serviço, mas do impacto na qualidade de vida das famílias. Entendendo que mensurar a eficácia da prevenção diz mais respeito ao que não aparece do que o que acontece. Almejamos que quanto mais preventivo for o PAIF, mais protetivo e menos as ocorrências de riscos irão aparecer. Uma observação é que esse processo não diz respeito apenas a um esforço técnico, mas também de organização institucional para o monitoramento de dados. Um esforço em todos os níveis de Vigilância Social, seja no território, seja no Órgão Gestor.

¹⁰ NOTA TÉCNICA N.º27 /2015/ DGSUAS/SNAS/MDS Assunto: Metodologia de cálculo relativa aos novos indicadores de desenvolvimento das unidades CRAS e CREAS – IDCRAS e IDCRES referentes ao ano de 2014 Autor: Hugo Miguel Pedro Nunes e Paulo Eugénio Clemente

METODOLOGIA DO TRABALHO

“Pensar que a esperança sozinha transforma o mundo e atuar movido por tal ingenuidade é um modo excelente de tombar na desesperança, no pessimismo, no fatalismo. Mas, prescindir da esperança na luta para melhorar o mundo, como se a luta se pudesse reduzir a atos calculados apenas, à pura cientificidade, é frívola ilusão. Prescindir da esperança que se funda também na verdade como na qualidade ética da luta é negar a ela um dos seus suportes fundamentais. O essencial como digo mais adiante no corpo desta Pedagogia da esperança, é que ela, enquanto necessidade ontológica, precisa de ancorar-se na prática. Enquanto necessidade ontológica a esperança precisa da prática para tornar-se concretude histórica. É por isso que não há esperança na pura espera, nem tampouco se alcança o que se espera na espera pura, que vira, assim, espera vã.” (Freire, 1992)

Ao longo da primeira parte desse caderno buscamos discorrer sobre os limites e contornos do PAIF, sua singularidade, os entraves, além de conceitos importantes a sua execução. Enquanto essa segunda parte se destina a ser convite.

Um convite a encontrar um serviço que está em processo de devir, não pronto ou acabado, mas, vivo e potente. Cheio de trabalhadoras e trabalhadores, usuárias e usuários que enfrentam dia a dia a árdua tarefa de construir a Política Pública de Assistência Social.

A seguir cada um dos sete CRAS de Mogi das Cruzes escolheu uma ação para apresentar aqui, marcando que mesmo com todos os obstáculos, com todas as incoerências de encaminhamentos ao PAIF, com ausência de intersetorialidade entre as políticas, com momentos de precariedade nas condições de trabalho, com agravos de pandemia, seguimos executando o PAIF.

O refletir sobre o fazer acompanhou os encontros, discussões e escrita desse caderno, mas não se encerra com a conclusão do texto. Esse caminhar foi com objetivo de apontar a necessidade de um compromisso de todos os trabalhadores e trabalhadoras do SUAS, o de tempos em tempos revisitar as orientações, seja coletivamente, seja em cada equipamento, no momento dos planejamentos, nas discussões de caso ou nas avaliações das ações. Cabe a todos nós o compromisso de não descolar dos objetivos propostos na Política Nacional de Assistência Social, quando o PAIF foi idealizado. Agora, imbuídos de todos os conceitos aqui descritos e de nossos limites institucionais, podemos refletir sobre a intencionalidade de cada ação, como por exemplo, a construção do PAF, com foco nas seguranças afiançadas no PAIF, o papel do acompanhamento familiar, entre outros.

Podemos agora, mais fortalecidos lutarmos para garantirmos que o PAIF não se descaracterize e não se distancie da sua essência preventiva, protetiva e proativa.

Vale ressaltar que esse caminhar não é e nem deve ser linear ou inegociável. Mas, um caminho didático em que o erro não é totem para sanções, mas ponte para reflexões, entendimentos e construções.

A esperança agora é de aperfeiçoar, intensificar e aprimorar cada dia mais! Não a esperança da espera, mas do fazer!

Oficina com Famílias – Cine CRAS

CRAS Vila Brasileira

No decorrer da realização do grupo de homens, no período entre 2018 e 2020, observou-se especial interesse dos participantes nas atividades que envolviam exibição de pequenos filmes, como documentários (na época, foram transmitidos trechos do documentário “Guerras no Brasil”, da Netflix). Percebeu-se que tal recurso possibilitava discussões mais amplas e ilustradas, assim como, proporcionava acessos a bens culturais e artísticos que não apareciam necessariamente no cotidiano dos(as) usuários(as), ampliando o repertório cultural dos mesmos. A partir de então, foi proposta a ideia de uma oficina focada na exibição de filmes e no debate de temas presentes no cotidiano das famílias atendidas pelo PAIF.

A Oficina com Famílias CINE CRAS consiste na exibição mensal de curtas metragens (filmes de até 30 minutos de duração) para um público de aproximadamente 15 usuários(as). Após a exibição de cada filme é realizado um debate, no formato de roda de conversa, para a apresentação e reflexão sobre pontos observados pelos participantes que conversam com a realidade cotidiana vivenciada no território. Cada encontro possui a duração de aproximadamente 2 horas.

Tendo em vista os objetivos do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF, principalmente no que tange a “promoção de aquisições sociais (materiais e imateriais), que potencializem o protagonismo e a autonomia das famílias e comunidades”, considera-se importante fornecer elementos que contribuam para a leitura crítica da realidade social (política, econômica, cultural) na qual as pessoas atendidas estão inseridas (BRASIL, 2012).

Na atualidade, as mídias, especialmente as audiovisuais, que estão presentes de modo contundente na realidade cotidiana das famílias, são lugares do saber. O cinema, assim como a literatura e a música, pode ser um modo de tomarmos contato sensível, com os problemas sociais do nosso tempo. Um filme pode tornar-se objeto sociológico, pois seu roteiro, via de regra, é reflexo da sociedade que o forjou, produzindo, paralelamente à diversão, um alargamento da percepção de mundo (FERRAZ e CAVALCANTI, 2006; MARTINS, 2002)

As Oficinas com Famílias no formato de CINE CRAS têm o objetivo de contribuir com a ampliação do repertório cultural das famílias atendidas pelo PAIF, fortalecer o hábito de

interpretação de texto (não escrito), auxiliar na reflexão sobre questões sociais e culturais que mantêm os condicionantes das desigualdades sociais (econômica, de gênero, de raça), sensibilizar para a importância de temas como a preservação do meio ambiente e cultura de paz (não violência) e fomentar o compromisso pessoal e coletivo com a transformação social rumo a uma sociedade mais justa e igualitária.

O público participante mostra-se heterogêneo (considerando o pressuposto de Pichon-Rivière¹¹ de que um grupo mais heterogêneo contribui para realização de uma tarefa mais homogênea). Sendo assim, quem participa são pessoas de diversas faixas etárias, de ambos os gêneros; com diversos graus de escolaridade, tanto famílias como usuários(as) sozinhos(as) (famílias unipessoais). A inserção na oficina se dá através de demanda espontânea. Os encontros são divulgados no mural do CRAS, whatsapp, nas acolhidas coletivas e atendimentos particularizados.

A oficina é planejada e realizada por dupla interdisciplinar, no entanto, a seleção dos filmes/temas ocorre no cotidiano de trabalho do PAIF, podendo haver participação de toda a equipe no processo de discussão e indicação de filmes. Um dos técnicos possui habilidade na edição de vídeos; aspecto que contribui significativamente para o bom funcionamento da oficina (como é o caso quando alguns filmes mais longos precisam ser editados e resumidos para caberem no tempo previsto de realização da oficina).

Observa-se que as famílias participantes têm ampliado a comunicação e as trocas no decorrer dos encontros, assim como, gradativamente, conseguem observar outras camadas presentes nas obras, além do imediatamente aparente, construindo novas formas de pensar. Percebe-se ainda como a tratativa dos temas de modo mais afetivo (através da arte) tem possibilitado reencontros com a história de vida e fortalecido os vínculos (intra grupo, comunitários, entre os usuários(as) e os técnicos(as), entre as famílias e o CRAS).

Atualmente participam da oficina cerca de 15 pessoas. A frequência dos participantes é bem assídua (raramente há faltas e, quando ocorrem são justificadas). No entanto, devido ao espaço físico do CRAS, não tem sido possível a inserção de novos participantes nesse momento. Deste modo, cogita-se transformar esta oficina em um grupo de convivência e abrir uma nova oficina no mesmo formato com outros usuários(as).

¹¹ *Okamoto, M. M., Broide, E. E., & Vicentin, M. C. G. Pichon-Rivière: uma "Psicossociologia latino-americana para os tempos de hoje". *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 16(2), São João del-Rei, abril-junho de 2021.

Equipe CRAS Vila Brasileira

Elisio Fagundes Santos

Andreia da Silva Gomes de Oliveira

Angelica Erba Ignacio

Marcio Hideo Kawano

Marcus Vinicius Leite Do Prado

Sarah Ysa de Ramos

Miguel Bernardes Junior

Revisão da acolhida PAIF

CRAS Centro

O processo de revisão da metodologia da Acolhida PAIF no CRAS Centro foi planejada e desenvolvida com o objetivo de qualificar o trabalho ofertado nas ações coletivas do equipamento, bem como empoderar os(as) usuários(as) sobre seus direitos em cada proteção, dentro daquilo que compete a proteção social básica, proteção social de média complexidade e proteção social de alta complexidade, além de apresentar a interface do trabalho social com famílias junto aos órgãos do Sistema de Garantia de Direitos.

A metodologia de atendimento as pessoas que procuram o CRAS, com objetivo de participar da acolhida PAIF, é desenvolvida a partir do momento que a família entra na recepção com consulta frente a situação do cadastro único, compreendendo a necessidade ou não de atualização, bem como a escuta da demanda apresentada para apontamento na planilha da acolhida PAIF.

Posteriormente, na data agendada, uma dupla técnica oferta acolhida em grupo, apresentando as ações desenvolvidas pelo PAIF e, caso avaliem necessidade de acordo com a narrativa de cada família e sua demanda, é ofertada acolhida particularizada ao final. Importante ressaltar que um dos objetivos dessa ação é apresentar os serviços referenciados na proteção social básica como Serviço de Convivência e Fortalecimento dos Vínculos para crianças e adolescentes, pessoa idosa e o Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para pessoa idosa.

Tendo em vista a alta demanda de solicitações por serviços referenciados na Média e Alta Complexidade, foi observada a descaracterização da oferta do trabalho preventivo e exclusivo do PAIF, uma vez que essas demandas eram absorvidas pelo equipamento, quando na verdade deveriam estar referenciadas a outros serviços da rede, observando-se acentuada procura de usuários(as) com narrativas e demandas da média e alta complexidade, com solicitações para acolhimento de pessoas idosas, pessoas com deficiência para inserção em Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI), Centro Dia e Residência Inclusiva respectivamente.

Como consequência, verificou-se tanto os prejuízos no desempenho do trabalho do PAIF como nas relações entre os profissionais da rede, uma vez que ocorriam sobreposição das ações realizadas e desarticulação nos encaminhamentos.

As demandas de outras proteções eram cotidianamente atendidas na rotina dos(as) técnicos(as) do PAIF, prejudicando o planejamento das ações para proteção social básica, fragilizando o vínculo com as famílias que ficavam sem respostas referentes às demandas da média e alta complexidade solicitadas no CRAS Centro.

Compreendendo que os serviços da Proteção Social Básica atuam sobre situações de vulnerabilidade social (materiais e relacionais), para fortalecer e potencializar o caráter protetivo das famílias e prevenir situações de risco social e violações de direitos (PNAS/2004), avaliamos que os encaminhamentos realizados pelos(as) técnicos(as) do CRAS devem ser prioritariamente para os serviços socioassistenciais referenciados na Proteção Social Básica, conforme os serviços acima citados de acordo com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais.

Ressalta-se que a reavaliação da Acolhida PAIF se deu por meio da participação dos(a) técnicos(as) no Grupo de Trabalho – Orientações Técnicas PAIF, que possibilitou reflexões sobre o cotidiano de trabalho e paralelamente a esse movimento também ocorreram discussões internas entre a equipe do PAIF e Gerente do CRAS Centro, assim como releitura de bibliografias relacionadas à Política da Assistência Social e Legislações voltadas ao atendimento da Pessoa Idosa.

Considerando a característica do território com a demanda de pessoas idosas, principalmente para vagas em ILPI e Centro Dia, fez-se necessário a modificação da acolhida coletiva.

Foi observada após essas acolhidas maior esclarecimento da população quanto ao acesso e processo para inserção na Política de Assistência Social. Nesse aspecto, os(as) usuários(as) estão saindo da acolhida com maior compreensão dos níveis de complexidade dos serviços ofertados.

Ademais, com essa mudança na perspectiva do trabalho foi possível retomarmos as articulações nos territórios junto as escolas e UBS a fim de realizar ações de caráter preventivo, protetivo e proativo.

Equipe CRAS Centro

Azilda Pereira de Souza

Elizabeth da Conceição Maia

Junalva Lima de Mattos Costa

Luiza das Graças Barbosa Pessoa

Marcos Carvalho de Souza

Marta Regina da Conceição Francisco

Silvana Soares

Valeria Carmo Queiroz Alves

Kely Shirlei Lima

Encontro intergeracional entre adolescentes e pessoas idosas

CRAS Cesar de Souza

A equipe do CRAS César de Souza, em parceria com a equipe do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos do Instituto Maria Mãe do Divino Amor, que atende crianças e adolescentes dos bairros Botujuru e Vila São Paulo, promoveu no dia 04/08/2022 o primeiro Encontro Intergeracional entre adolescentes e pessoas idosas frequentadoras dos dois serviços.

O projeto foi elaborado e executado pela psicóloga Tatiane Martins Gomes e assistentes sociais Claudia de Cássia Rosa e Vanessa Aparecida Alves Correa, do CRAS César de Souza, juntamente com a psicóloga Regimeire Campos, do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos do Instituto Maria Mãe do Divino Amor.

O encontro foi o desfecho de um trabalho que foi desenvolvido ao longo do primeiro semestre de 2022, quando foram feitos encontros com os dois públicos para tratar do tema. A equipe do CRAS abordou o tema adolescência e juventude com o grupo de pessoas idosas, enquanto a equipe do Serviço de Convivência abordou o tema envelhecimento com os adolescentes. Durante essa fase do projeto, os adultos foram estimulados a falar sobre suas percepções sobre a juventude, e sobre como é sua interação com pessoas jovens, bem como a relembrar sua própria juventude e refletir sobre as diferenças entre jovens de hoje e de antigamente. Já com o grupo de adolescentes foi identificada a percepção que têm sobre o processo de envelhecimento e sua relação com as pessoas idosas com quem convivem.

Vale pontuar que esse grupo de pessoas idosas surgiu a partir do encerramento das atividades do SCFV para esse público que era ofertado no território por uma Organização da Sociedade Civil (OSC). A equipe do CRAS buscou então referenciar esse público, por meio de uma Oficina mensal, até que uma nova OSC voltasse a ofertar o serviço. Já o grupo de adolescentes é composto por usuários(as) do SCFV para crianças e adolescentes, executado pela Maria Mãe do Divino Amor, que já ofertava esse serviço há muitos anos no bairro Botujuru.

O encontro intergeracional aconteceu no Instituto Maria Mãe do Divino Amor, na unidade do Botujuru, e o CRAS utilizou o micro-ônibus da Secretaria de Assistência Social para transportar os participantes até lá. O momento da chegada surpreendeu as pessoas idosas, pois eles foram recepcionados no portão pelos adolescentes, de forma muito carinhosa. Neste dia, cada grupo pôde

apresentar ao outro os materiais produzidos no decorrer do semestre, além disso, as equipes técnicas prepararam uma gincana com diversas atividades lúdicas, na qual foram formados grupos mistos, visando maior integração entre eles. As atividades foram pensadas de forma a exigir o conhecimento e experiência das duas faixas etárias, promovendo o reconhecimento dos aspectos positivos e das potencialidades de cada geração.

Com este projeto esperava-se proporcionar troca de experiências e vivências afetivas que repercutissem positivamente nas relações pessoais cotidianas no ambiente familiar, promovendo o fortalecimento dos vínculos familiares entre pessoas de gerações diferentes, fortalecendo a cultura do diálogo, do respeito aos direitos e da confiança entre membros do grupo familiar. Outra expectativa em relação a esta ação era a promoção de ambiências familiares mais solidárias e democráticas, bem como a prevenção de ocorrência de situações de violações de direitos. Tudo isso está alinhado com um dos objetivos do PAIF, que é o de prevenir a ruptura dos vínculos familiares e comunitários, possibilitando a superação de situações de fragilidade social vivenciadas.

As profissionais responsáveis pelo projeto avaliaram que os objetivos foram alcançados e até superados, conforme puderam perceber através da observação e do relato dos participantes. “Ao longo do trabalho com os adolescentes no primeiro semestre pude perceber que em sua grande maioria os jovens têm uma percepção positiva e respeitosa sobre as pessoas idosas com quem convivem, o que foi uma surpresa”, relata a psicóloga Regimeire, do SCFV. Já a assistente social Cláudia, do CRAS Cesar de Souza, que trabalhou com o grupo de pessoas idosas no primeiro semestre do ano, observou que “para eles, falar sobre adolescência e juventude despertou lembranças sofridas sobre trabalho infantil, casamento e criação de filhos em idade precoce para as mulheres, o que era comum antigamente, e eles percebem que hoje existe mais esforço da sociedade para proteção das crianças e adolescentes, o que não acontecia na época em que eles eram jovens”.

Equipe CRAS Cesar de Souza

Carlos Rogério Peressim

Claudia de Cassia Rosa

Denilson Benedito de Barros

Mauricio Luis Alves

Tatiane Martins Gomes

Vanessa Aparecida Alves Correa

Bianca Figueiredo da Silva

Ação Interativa – PIT STOP – Faça bonito – rumo ao 18 de maio

CRAS Jundiapéba I

Esta ação compôs as ações de mobilização realizadas conjuntamente com os Serviços Socioassistenciais e Setoriais referenciados aos CRAS Jundiapéba I e Jundiapéba II. O processo de organização iniciou em março/23 com a formação de uma comissão, que diante da necessidade de fortalecer e trocar saberes entre a rede, realizou 03 (três) encontros no CEMPRE Prof. Sergio Moretti, cada encontro contou com a participação em média de 60 pessoas. Objetivando sensibilizar a rede socioassistencial e setorial dialogamos sobre o contexto sócio histórico de formação/colonização do nosso país, sob inúmeras violências, assim como a relação com as opressões de gênero, raça e classe em sua interseccionalidade, para a importante tarefa de compreensão deste tempo presente. Foram apresentados os conceitos e as diferentes formas de abuso e exploração sexual, amparados cientificamente, para desmitificar a violência sexual, temática ainda permeada por muitos preconceitos e tabus, fato que prejudica diretamente o trabalho preventivo e conseqüentemente a proteção de crianças e adolescentes. Também foram apresentados os órgãos e serviços de proteção e dispositivos de denúncia, além de enfatizar a importância da notificação.

Preocupou-se incluir na centralidade desta discussão, os fatores e diferentes formas que se apresentam a desproteção social que tornam as crianças e adolescentes, mais vulneráveis ao abuso e exploração sexual.

Os encontros proporcionaram uma preparação prévia, reforçando, portanto, o chamamento para ação, com os limites e possibilidades de cada Serviço. Após os encontros foram se tecendo ações em cada serviço que resultaram em uma semana de atividades para visibilidade dos trabalhos realizados com as crianças e adolescentes, assim como ações de mobilização em espaços da Saúde e Educação e demais serviços da rede socioassistencial. No mês de maio as ações foram intensificadas, foram desenvolvidas caminhadas, oficinas, apresentações culturais com repercussão e apresentação pela mídia televisiva.

A Campanha Faça Bonito “Proteja nossas crianças e adolescentes” que nos chama para ação no combate ao abuso e exploração sexual, tem um desafio diante do cenário que nos acometeu a crise sanitária da Covid 19 (2020-2022) e que agravou a crise social e econômica de nosso país. Neste contexto, houve um aumento nos índices de violência contra crianças e adolescentes, em especial das meninas, conforme nos sinaliza as estatísticas e o texto base da Campanha de 2023.

Nesta conjuntura desafiadora, realizamos uma construção que envolveu a equipe técnica e administrativa na elaboração da proposta de uma semana de mobilização de 15/05/23 à 19/05/2023 nas dependências do CRAS Jundiapéba I. Pensamos em um ambiente interativo em que as pessoas pudessem tirar as suas dúvidas e também levassem consigo a informação impressa. Construímos um painel com as informações essenciais sobre a Campanha e formas de identificação da violência sexual. Também selecionamos músicas educativas e áudios com a temática, além de panfletos com a flor símbolo da Campanha Faça Bonito e divulgação via Whatsapp. Revezamos a equipe técnica de forma que nos horários de maior movimento na recepção pudéssemos dialogar com todos e apresentar a Campanha e canais de denúncia com foco na divulgação do disque 100. O ambiente da recepção foi todo pensado para acolher e comunicar com as pessoas, com as flores, símbolo da Campanha nas paredes acompanhadas do disque 100. Duas molduras suspensas foram disponibilizadas na recepção para as pessoas fazerem selfs com o incentivo de compartilharem em suas redes sociais. Fato que acreditamos ter colaborado para que as pessoas dialogassem conosco. Estas foram estratégias de acolhida para tratar de uma temática difícil e ao mesmo tempo mobilizar a população para unir-se a nós neste enfrentamento.

De acordo com os dados estatísticos a semana de mobilização alcançou diretamente 345 pessoas que passaram pelo CRAS Jundiapéba I.

Consideramos que a experiência foi positiva e que temos a consciência de que as opressões que atravessam estas violências necessitam estar presentes em nossas ações durante todo o ano.

Equipe CRAS Jundiapéba I

Rosinete Paiva da Silva

Marcia Gervasio Silva

Maria Helena da Costa

Mineia Espindola da Silva de Lima

Pablo Augusto Bolanho

Selma Maria dos Santos

Rosana de Moura Lima

Plano de ação para atendimento e acompanhamento de famílias em descumprimento das condicionalidades do programa Bolsa Família

CRAS Jundiapéba II

Visando um dos objetivos do PAIF, em atender as famílias em descumprimento de condicionalidades do Programa Bolsa Família, a fim de refletir sobre o direito ao acesso, permanência e atendimento das crianças e adolescentes às políticas de educação e saúde e responsabilidade das famílias e do Estado em sua garantia, além de identificar com o território os possíveis obstáculos e estratégias para a população acessar esses direitos, conforme o que está descrito nas Orientações Técnicas sobre o PAIF – Volume 1 (2012); a equipe do CRAS Jundiapéba II, em 2019 desenvolveu um plano de ação com foco prioritário para o atendimento desta demanda, que resultou em articulações intersetoriais com as políticas de saúde e educação para atenção às vulnerabilidades apresentadas no território.

Conforme eram apontados nos relatórios da vigilância socioassistencial e da gestão de programas de transferência de renda, o território tinha um dos maiores números de famílias em descumprimento das condicionalidades do Programa Bolsa Família e que, além de demandar individualmente muitos atendimentos, também impactava o acesso das famílias à renda nesta condição, sobretudo nas repercussões de bloqueio e suspensão. Dados apontavam que o número de famílias em descumprimento no território representava 22% do total de famílias do município de Mogi das Cruzes na mesma situação. Além da necessidade de qualificação do registro de faltas no sistema presença da educação e o efetivo acompanhamento em saúde, os atendimentos também sinalizaram aspectos relacionais entre os adolescentes e a escola, demandas essas que não são do escopo de atendimento técnico, mas que se somaram a outras demandas de atenção no processo de gestão territorial, realizado nos anos posteriores.

O referido plano de ação teve como objetivo a redução do índice de descumprimento e a qualificação do atendimento às demandas de vulnerabilidade social no escopo do PAIF. Evidente que as vulnerabilidades sociais das famílias e do território se expressavam no descumprimento, mas também se notava desconhecimento sobre as repercussões, percentuais de falta escolar, o acompanhamento da saúde e educação e acesso e acompanhamento das informações prestadas pelo governo federal.

Visando a prevenção dessas situações que produziam os efeitos do descumprimento, foram realizadas busca ativa para os recém-selecionados do Programa Bolsa Família, para receberem orientação coletiva sobre a necessidade de atenção aos extratos do benefício, das condicionalidades e os efeitos progressivos do descumprimento e o trabalho do PAIF para as famílias nessa condição. Essa mesma metodologia de orientação foi adotada para atender as famílias que estavam no efeito de advertência e bloqueio, e assim receberam a orientação sobre os motivos e os códigos que geram efeito de descumprimento e as atribuições da escola, dos serviços de saúde e da assistência social; com isso, possibilitou ampliar acesso à informação para mais famílias do território. A partir dos relatos das famílias e a divergência no registro do Sistema Presença, as mesmas receberam a listagem dos códigos e foram orientadas a verificar junto as escolas o ocorrido, quando a justificativa familiar não condizia com o apontado através dos códigos. As acolhidas para os novos selecionados e para as repercussões de advertência e bloqueio foram, em sua maioria, realizadas pela agente social que trabalhava no CRAS na função de auxiliar de apoio administrativo, contribuindo para a identificação de vulnerabilidades no território. Abre-se um destaque para uma função importante que um agente social possa desenvolver, se compor a equipe do PAIF.

É importante frisar que a equipe da recepção realizava busca ativa dessas famílias para a participação nas reuniões de acolhida. Essa estratégia propiciou que a equipe técnica priorizasse as acolhidas em grupo para famílias em suspensão e acolhidas particularizadas para as famílias com reincidência (a partir da 2ª suspensão), com objetivo de atender às vulnerabilidades que prejudicavam o acesso das famílias às políticas de saúde e educação, e acompanhar as situações tanto individual como grupal, como estabelecido pelas Orientações Técnicas do PAIF. O acompanhamento grupal para famílias nesse perfil, foi objetivado para fortalecer vínculos e a capacidade protetiva da família, criticidade para as fases do desenvolvimento das crianças e adolescentes e orientações sobre os direitos e acessos às políticas públicas.

Em um ano, foi observado que, embora o índice de famílias em descumprimento no município teve aumento no ano subsequente, no território houve uma queda de 18%. A expectativa é que esse quantitativo fosse sendo reduzido nos anos seguintes, porém, em decorrência da pandemia por COVID 19, o governo federal suspendeu as condicionalidades do programa e depois com a extinção do mesmo, sendo “substituído” por outro programa social sem a focalização, as ações foram descontinuadas entre 2020 e 2022 e a equipe passou a atender as demandas de vulnerabilidade social agravadas pelo contexto sanitário.

As demandas surgidas nos atendimentos e que eram relacionadas às políticas de educação e saúde, foram apresentadas nos processos de gestão do território e articulações setoriais, contribuindo para a construção de outro plano de ação, denominado “Territórios Protetivos”. Aproximando dessa rede, tem sido possível desenvolver ações coletivas pelo território de Jundiapéba, com temáticas sobre o trabalho infantil, violência sexual contra crianças e adolescentes e ação comunitária sobre a Consciência Negra.

Com o retorno do Programa Bolsa Família e o acompanhamento das condicionalidades, observa-se a retomada dessas ações de busca ativa, acolhidas para os recém-selecionados para os Programa, as acolhidas descumprimento para as famílias que estão em advertência e bloqueio para o levantamento de dados para o planejamento de novas intervenções e/ou a continuidade.

Equipe CRAS Jundiapéba II

Anari Fernanda Sena

Rhosa Cristina Bimbato Fernandes

Silmara Piccolo de Sousa

Emilena Fernanda dos Santos

Valesca Garcia Lesta

Lucas Aparecido Albino

Carlos Roberto Alves Benevides

Mariana Harumi Nakamura

Ação comunitária “Pré-conferência municipal de Assistência Social no território do Jardim Layr”

CRAS Jardim Layr

A equipe do CRAS Jd. Layr optou em apresentar, neste documento, a realização da Pré Conferência territorial ocorrida em maio de 2023. O principal objetivo da Pré Conferência foi mobilizar a população no território, para que ela se apropriasse desse espaço coletivo e participasse, também da 13ª Conferência Municipal, com mais informações e atuantes.

É importante lembrar que a última conferência municipal, realizada em 2021, foi online devido ao período de pandemia por Covid-19, o que foi um verdadeiro desafio no que se refere à mobilização popular. Em 2023, a equipe do CRAS Jd. Layr juntamente com a rede socioassistencial territorial compreendeu que para que a população participasse ativamente da Pré Conferência, deveria ser investido na mobilização das famílias.

Com a formação de uma comissão territorial, composta pelo CRAS Jardim Layr; Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes – Legião da Boa Vontade (LBV); Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes - Congregação das Irmãs Ursulinas da Sagrada Família e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para pessoa idosa - Sefras/Casa de Clara, compreendemos a importância do planejamento antecipado das ações e da manutenção de uma agenda de reuniões periódicas para avaliação do planejamento e construção dos próximos caminhos.

Ressalta-se que a Rede Socioassistencial do território do CRAS Jardim Layr esteve a todo momento, comprometida com o sucesso da ação. Reunimos nessa comissão trabalhadores(as) realmente engajados (as) com a mobilização popular, com os objetivos da pré-conferência e com o sucesso da conferência municipal que aconteceria meses à frente. Uma comissão implicada com a agenda de compromissos estabelecidas nas reuniões de planejamento, de forma que todas/os sentiam-se responsáveis pela ação. Podemos afirmar também, que foi construído nesse grupo uma rede de apoio, colaboração e afeto.

O planejamento pautou-se em instrumentalizar a população sobre os eixos definidos para a discussão com as usuárias/os. Para tanto, pensamos em criar encontros preparatórios com os grupos

que já aconteciam nos serviços para discutir os temas dos eixos e dentro da realidade de cada equipamento, criar um ambiente de conferência municipal para que a população fosse se familiarizando com a dinâmica do dia da Pré Conferência territorial e conferência municipal. Essa ideia foi muito assertiva e a comissão territorial percebeu a compreensão das famílias referente aos temas propostos para o debate e também a segurança que própria equipe foi adquirindo à medida que esse processo foi acontecendo.

O CRAS Jardim Layr realizou essa metodologia com os grupos de acompanhamento para mulheres, grupo de acompanhamento para pessoa idosa e com a Oficina com famílias. Essas ações foram realizadas no espaço do CRAS. Para o alcance de usuárias/os que não estavam inseridos em ações coletivas do CRAS, construímos encontros preparatórios em espaços comunitários, sendo que para a população do Jd. Aeroporto I, II e III, foram realizados 5 encontros preparatórios para a discussão dos eixos e simulação dos ritos da Pré Conferência. Foi possível também, a realização de um encontro preparatório para as famílias inseridas no SCFV LBV no território da Porteira Preta e encontros preparatórios no conjunto Santo Ângelo, para as famílias usuárias do SCFV Irmãs Ursulinas e comunidade. Nesses espaços coletivos foram discutidos os eixos temáticos e principalmente a importância da participação popular nas políticas públicas, o controle social, legislação, exercício da cidadania, a importância dos movimentos sociais para a construção de políticas públicas, coletividade e protagonismo.

Durante as reuniões de planejamento da comissão territorial, as equipes compartilhavam as experiências desses encontros preparatórios e a boa compreensão das famílias acerca dos temas dos eixos, do processo conferencial e da importância da participação desses espaços coletivos e espaços decisórios.

No dia da Pré conferência, houve uma tranquilidade entre as equipes pois a população estava instrumentalizada a respeito dos temas e de todo o processo da Pré Conferência. Essa ação comunitária foi planejada para 100 pessoas. Vale ressaltar que, nesse dia, estava uma chuva torrencial e ainda assim estiveram presentes 80 pessoas. Isso demonstra o êxito da mobilização social realizada pelo CRAS Jardim Layr e Rede Socioassistencial referenciada. Contamos com a presença dos mais diversos segmentos da população: pessoas idosas, jovens, adolescentes, mulheres, pessoas adultas, pessoas com deficiência e também com representantes da Reserva Indígena M'Boiji, que acolhem povos originários da etnia Tupinambá, que na abertura contribuíram com reflexões acerca da invasão de terras indígenas, perseguição e morte dessa população ancestral. Foi possível garantir alimentação para o dia todo com café da manhã, almoço e café da tarde,

trazendo conforto e dignidade aos participantes. O cronograma proposto foi amplamente respeitado, tornando o dia de trabalho organizado, fluído, produtivo e muito leve.

Essa ação comunitária trouxe à equipe do CRAS Jardim Layr e a rede socioassistencial referenciada mais segurança para as próximas ações diante do êxito dessa mobilização. Compreendemos a potência dessa rede, a unidade, a troca, a cooperação e principalmente a certeza de que o principal caminho para uma rede socioassistencial efetiva é o investimento numa relação próxima, mais humanizada e horizontal, para que todas/os sintam-se, verdadeiramente, parte de uma Rede, em seu real sentido. Dessa forma, o CRAS Jd. Layr e a Rede Socioassistencial referenciada construíram junto com a população um processo conferencial participativo, acolhedor, respeitoso e muito belo.

Equipe CRAS Jardim Layr

Gabriela de Jesus Terra

Erik Victor Hugo Oliveira

Angela Batista da Silva

Patricia Maria da Silva

Mayara Ribeiro Genari

Pablo Henrique da Silva Cunha

Kelvin Oliveira Alves de Jesus

Grupo de cuidadores e pessoas idosas

CRAS Vila Nova União

O grupo de Cuidadores e Pessoas Idosas é parte de um processo maior, que teve como motivadores, diversos fatores.

Em princípio, destaca-se a elevada demanda de atendimento à pessoa idosa, em especial apresentando solicitação de acolhimento institucional em ILPI. Cabe destacar que já em meados de 2018 a agenda de atendimento individual, na modalidade de acolhida particularizada, passou a apresentar números cada vez mais expressivos de atendimentos para a acolhida de famílias que apresentavam esta demanda.

Com o advento da pandemia de Covid-19 e a impossibilidade de atendimento presencial da população, em especial de pessoas idosas, por conta do risco de contaminação, cresceu a demanda reprimida de atendimentos que perdurou mesmo após a relativa estabilização do controle do contágio e a progressiva retomada do atendimento presencial. Não obstante, em janeiro de 2022, a Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) institui a normativa nº 1 de 3 de janeiro de 2022 que, segundo o documento, institui na rede socioassistencial do município, fluxo de atendimento à pessoa idosa, o que altera substancialmente tanto a forma de acesso da população, quanto os trâmites que se seguem com o início do atendimento.

Neste cenário, verificamos que a manutenção de acolhidas e atendimentos individuais tendiam a agravar a situação, desta forma iniciamos um processo de acolhida em grupo, inspirados por um processo exitoso realizado pelo CRAS Vila Brasileira.

Na acolhida, com a oferta das orientações, uma parcela das situações já estava sendo encaminhada de forma mais célere, contudo, os casos que requeriam novas intervenções continuavam sendo atendidos individualmente e, dada a necessidade de resolução, muitas vezes por meio do encaminhamento para um serviço da proteção social especial, as ações de proteção social básica ficavam sobrepostas pela urgência e pelas especificidades destas situações.

O Grupo de Cuidadores e Pessoas Idosas se insere neste contexto, como uma tentativa de garantir, em alguma medida, o trabalho social com famílias realizado na proteção social básica.

Cabe destacar sobre os profissionais envolvidos no processo. A elaboração desta ação perpassou diversos espaços, o que fez com que houvesse um envolvimento em diferentes graus de

diversos atores. Nas reuniões de equipe, por vezes, tivemos a participação de todos(as) os(as) trabalhadores(as) do CRAS, visto que uma atividade nova altera toda a dinâmica do equipamento, desde a recepção até a relação com o(a) usuário(a) do serviço e com os demais serviços da rede socioassistencial, requerendo a participação de toda a equipe. Um esforço específico acabou sendo demandado dos profissionais que realizariam a atividade diretamente, neste caso dos profissionais de ensino superior que atenderiam e/ou acompanhariam as famílias, sobre o modo como se realizariam as reuniões.

Não obstante, o contato com os profissionais de outros Cras, o compartilhamento de suas experiências, sucessos, falhas, angústias, foram determinantes na nossa busca por soluções, portanto, estão envolvidos, mesmo que indiretamente, por sua contribuição e por sua acolhida.

A coordenação do equipamento se envolveu em todas as etapas e em todos os espaços de discussão, o que facilitou enormemente agregar as informações e a trabalhar na construção da atividade, visto que esta circulação lhe proporcionou uma visão do todo, auxiliando na administração da ação.

Partindo para os objetivos, parte deles se apresentaram de forma quase indissociável com os motivos que apontamos no início desta exposição, ou seja, dar uma solução à demanda que extrapolava a capacidade de atendimento. Mas o principal foi estabelecer, de forma cada vez mais sólida e convicta, o trabalho de proteção social básica realizado no PAIF pela equipe do Cras.

Como contextualizamos, o número de famílias que buscavam o Cras com demanda de ILPI e outros serviços de proteção social especial, como o Centro Dia do Idoso, passou a ficar cada vez maior. Não obstante, com a instituição da normativa SEMAS 01/2022, as pessoas passaram a procurar o Cras para “preencher a ficha do abrigo”, uma alusão ao Instrumental de Atendimento à Pessoa Idosa, documento anexo à resolução cujo preenchimento é necessário para o encaminhamento às unidades de atendimento, em especial para ILPIs e para o Centro Dia.

Desta forma, o atendimento para o segmento da pessoa idosa ficou quase todo tomado pelo atendimento de famílias com demandas bastante específicas, como o acolhimento em ILPI, não raro já chegando à porta do equipamento com uma urgência em mãos.

Assim, foi necessário abrir um espaço neste atendimento para, ao menos, realizar as ações de proteção social básica. Como resultado, passamos a realizar o Grupo de Cuidadores e Pessoas Idosas.

O grupo ocorre na sequência da acolhida, desta forma, buscamos encontros que garantiam um espaço para o trabalho com os cuidadores e com pessoas idosas, buscando manter nas reuniões a abordagem de temas correlatos e os espaços de escuta e troca de vivências familiares.

A Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais aponta objetivos bastante específicos para o PAIF e para as reuniões, no seu desenvolvimento, nas suas discussões, se ramificam para boa parte deles, mas primordialmente podemos destacar um:

“- Apoiar famílias que possuem, dentre seus membros, indivíduos que necessitam de cuidados, por meio da promoção de espaços coletivos de escuta e troca de vivências familiares.”

Destacamos que, no caso específico das famílias com pessoas idosas que necessitam de cuidados, é preciso um olhar tanto para esta pessoa quanto para seu cuidador, que não raro está sobrecarregado ou já não reúne condições para a manutenção deste cuidado.

De forma resumida, o principal objetivo é abrir espaço para uma ação preventiva no atendimento a estas famílias, buscando minimizar os agravos à população idosa, seus familiares e realizar o trabalho da proteção social básica.

É importante frisar o processo de planejamento, visto que parte de um esforço para buscar compreender como essas demandas urgentes de acolhimento em ILPI passaram a se tornar tão frequentes em um equipamento de proteção social básica, chegando a gerar uma demanda reprimida de atendimentos, como passamos a atender famílias que demandam acolhimento para familiares e o que fazer para não deixar de acolher estas famílias, tampouco deixar de realizar as ações do PAIF por atender demandas que extrapolam seu escopo e sua finalidade.

Com este problema em mãos, a equipe do CRAS iniciou um processo de planejamento que perpassou espaços como as reuniões periódicas de equipe, reuniões específicas de planejamento, além de agregar às nossas discussões as experiências e conhecimentos gerados em outros espaços onde a temática era abordada, como o próprio grupo de trabalho das orientações do PAIF.

É necessário contextualizar que, no princípio, estávamos focados ao atendimento da demanda, considerando as instruções da normativa, mas com o passar do tempo verificamos que não havia a possibilidade de que o atendimento se desse de forma linear, como se preconiza o documento, ou seja, realizar o acompanhamento familiar, buscar alternativas para o acolhimento e se abster de fazê-lo sem esgotar todas as possibilidades. Ocorre que, em diversos casos o contato com a pessoa idosa e sua situação já denunciavam a necessidade de acolhimento, uma intervenção para tirar uma pessoa da situação de risco vivenciada, por vezes, de violação de direitos, o que não é uma demanda cujo trabalho e acompanhamento será realizado pelos serviços de proteção social

básica, seja o Cras, o Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Pessoas Idosas e o Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas Idosas, mas sim, pelos serviços de proteção social especial.

Assim, ao verificar a descaracterização das ações do PAIF, após muitas discussões e busca de suporte, traçamos o objetivo de inserir neste contexto alguma ação com as características do PAIF, com o prejuízo mínimo possível ao atendimento da demanda, mas demarcando o espaço de um processo preventivo que, se não for realizado, agravará a situação.

Pode parecer óbvio em outras políticas públicas que ações preventivas são necessárias para não enfrentarmos uma situação catastrófica, o exemplo das campanhas de vacinação talvez seja um dos mais emblemáticos para o nosso tempo, mas quando se trata da Política de Assistência Social este conceito parece não ficar claro para a população e por vezes, infelizmente, para profissionais e gestores(as). Isto explica parcialmente como ações próximas ao socorro se sobrepõem com tanta facilidade às ações preventivas, soma-se a isto, o ideário de benemerência ainda não superado que agrega mais valor ao amparo dos necessitados que a ações planejadas que evitem situações limítrofes.

Também pode parecer óbvio, com a leitura do texto que apenas narra e organiza os fatos, que é evidente que o Cras deve desenvolver o PAIF e o trabalho de proteção social básica, mas na prática, para que isto ocorra é necessário um esforço para mudar todo um estado de coisas, para firmar o trabalho e reafirmar seus objetivos. Tudo isso ocorre com a pressão de uma demanda crescente à porta do equipamento e determinações de diversos atores, tanto da rede socioassistencial quanto de outras políticas públicas e instâncias, demandando solução. Portanto, merece ser pontuado que, compreender a questão não é garantia de que será adotada a solução correta, tampouco que haverá diálogo com as equipes ou que a escuta qualificada de gestores(as) e coordenadores(as) de equipamento resultará no trabalho preconizado na Tipificação Nacional de Assistência Social, no SUAS e na PNAS. Há muita força ainda no plantão, no atendimento pontual, caso a caso, na solução igualmente pontual para problemas crônicos. É necessário, portanto, posicionamento ético e compromisso com o estabelecimento de uma política pública organizada, neste sentido, faz-se necessário a memória dos(as) trabalhadores(as) que nos auxiliaram direta e indiretamente, da equipe que optou por seguir este caminho e da coordenação do equipamento, que com todas essas questões em mãos, manteve o caminho aberto.

Foi possível observar que o processo de planejamento não se caracterizou apenas em determinar ações com um conhecimento dado, pronto, mas foi também um espaço de progressivo fortalecimento da equipe.

Abordamos sobre diversos aspectos sobre a concepção do grupo, mas com seu funcionamento não podemos deixar de falar sobre os resultados.

Percebemos ao longo do desenvolvimento da ação que a maioria de seus participantes eram os cuidadores, visto que muitas pessoas idosas possuíam dificuldades de locomoção, transtornos e doenças variadas que dificultava sua participação, mesmo assim, as que reuniam condições para tanto e que por vezes buscavam o serviço diretamente, compunham o grupo.

Dos relatos mais comuns dos participantes, podemos destacar que muitos expuseram que gostariam de ter debatido sobre estas questões anteriormente, considerando que, se possuíssem esta experiência, estas informações, poderiam ter agido de forma diferente.

Outro destaque é a solicitação para que espaços como esse fossem permanentes, frequentes, mais acessíveis e mais divulgados. Não raro os participantes, pelo simples fato de poder falar sobre sua demanda, ter escuta qualificada, realizar um exercício de reflexão, fazer uma partilha coletiva, com uma diversidade de ideias e vivências advindas de outros participantes, já relatavam sentir alguma melhoria.

Agrega-se ainda a esta oportunidade um momento para poder falar sobre a rede de atendimento de forma mais detalhada. Todos os que participaram tiveram a oportunidade de serem apresentados aos serviços e programas, sua organização, mas também de refletir sobre sua construção, suas possibilidades e suas deficiências.

Um aspecto bastante particular sobre o grupo é que, ao abordarmos questões como o processo de envelhecimento, questões de gênero, a situação do cuidador, muito do que poderia ser interpretado como algo distante, de difícil assimilação, já estava sendo vivenciado, desta forma as discussões encontraram um terreno fértil para seu desenvolvimento, por irem ao encontro das demandas, mesmo que de forma tardia para uma boa parcela, pois ainda se encontravam sem atendimento, latentes.

Não por acaso, este grupo tem se apresentado como o grupo mais exitoso na partilha de vivências e no esforço de elaborar soluções para problemas. Aparentemente, a forma como as situações se aproxima durante a reflexão favorece um processo mais empático. Curiosamente, na etapa anterior, na acolhida, verificamos uma disputa velada entre os participantes, para dar destaque a gravidade de sua demanda, contudo, dos(as) usuários(as) que permanecem para a realização do

grupo, ao ir se esclarecendo aos poucos os aspectos sociais e estruturais mais abrangentes, o individual cede espaço para o coletivo.

Por fim, não poderíamos deixar de destacar o impacto desta ação.

Seu impacto só pode ser melhor compreendido partindo do esforço realizado pela equipe para dar solução a um problema que exigia não apenas o atendimento das solicitações de acolhimento institucional que se acumulavam no equipamento, mas também compreender a situação e o papel do Cras diante dela. Desta forma, nos deparamos com a necessidade de escolher entre realizar o trabalho do PAIF, ou atender urgências e emergências, realizando a escolha mais adequada, o que exigiu posicionamento.

Este posicionamento não é adotado sem que houvesse antes muita discussão e reflexão, pois embora já possuíssemos de forma basilar o conhecimento da organização do SUAS, foi necessário discutir o cotidiano, debater cada situação, agregar uma série de informações, por em contraste o que é preconizado pelo SUAS e o que se dava na prática.

O Grupo apresenta seus frutos, mas sabemos que ainda ele pode e deve ser refletido, mudado e transformado.

Atualmente se debate a permanência do grupo sem a dependência das acolhidas específica para questões relacionadas a pessoa idosa, realizadas para estas famílias que já surgem na porta do equipamento com demandas de ILPI ou Centro Dia, visto que, mesmo havendo aproveitamento das discussões, invariavelmente as famílias com questões complexas que envolvem a proteção social especial, acabam sendo atendidas completamente pela equipe do Cras, até que finalmente acessem o acolhimento em ILPI, por exemplo.

Entendemos que este grupo não deve ser a “pitada de proteção social básica” no meio de um atendimento de proteção social especial, tampouco que ele seja mais uma etapa, mais uma condição, até que se atenda a demanda apresentada. O que buscamos é afirmar gradativamente o serviço de proteção social básica ofertado pelo PAIF, assim, já se vislumbra uma outra abordagem, mais proativa e que alcance o público do PAIF por meio de busca ativa junto aos serviços como o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Idosos, o Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio, junto a pessoa idosa que buscam o BPC e em todos estes casos, buscando a manutenção do cuidado especial ao cuidador cuja importância da participação nas discussões ficou patente nas reuniões do grupo.

Desta forma, seu impacto não se traduz apenas na diminuição da demanda reprimida, mas no fortalecimento da equipe em sua convicção no PAIF. Pelo processo e pela devolutiva dos atendidos,

conclui-se que a opção de investir nas ações de proteção social básica tem trazido os melhores resultados.

No grupo se aplicou a seguinte metodologia: realização prévia de uma acolhida das famílias com pessoas idosas. Nesta etapa, as famílias são ouvidas em um grupo que varia de 05 a 10 famílias, onde as demandas iniciais apresentadas na recepção do CRAS são retomadas junto aos familiares, buscando uma maior compreensão dos elementos que levaram a família a buscar o atendimento, das especificidades de cada situação, dificuldades enfrentadas e soluções às quais a família já recorreu. Considerando ser uma atividade em grupo, bem como um contato inicial com os atendimentos que seguirão após este momento, realizamos a acolhida dentro dos limites impostos por um atendimento em grupo, ou seja, situações que requeiram atendimentos individual e o devido sigilo, assim serão tratadas.

Ainda na acolhida, destaca-se que é realizada uma explanação sobre a rede de serviços e o serviço que é ofertado pelo PAIF. Orientando as famílias sobre o tipo de serviço que será ofertado no CRAS

Após a etapa inicial de acolhida, damos início ao grupo propriamente dito, com as famílias que se dispuseram a participar da atividade coletiva, se beneficiando do trabalho ofertado pela proteção social básica. O grupo é fechado, é realizado em rodas de conversa e tem quatro encontros no total, onde são abordados assuntos distintos:

- O processo de envelhecimento;
- O(A) cuidador (a);
- Gênero e sua relação no cuidado com a pessoa idosa;
- O processo de institucionalização, rede de serviços e direitos. Considerações finais dos participantes.

Os assuntos abordados foram elencados pela equipe como situações recorrentes que necessitam de trabalho para evitar agravos nos vínculos familiares, para ponderação e planejamento do processo de envelhecimento, para evitar a sobrecarga do cuidador e para dar a devida dimensão sobre as possibilidades e disponibilidades de atendimento a pessoa idosa nas diversas políticas públicas, em especial na assistência social.

Os encontros, por já possuírem temas pré-definidos, poderiam facilmente se transformar em atividades expositivas, contudo, por não ser esta a linha de trabalho do PAIF, buscamos percorrer em conjunto com as famílias, ao longo da discussão, os caminhos e vivências apresentados, que tangem cada um dos temas apresentados, e como estas questões os afetam, subjetivamente, coletivamente e estruturalmente.

A troca de experiências é fundamental para que as características multifacetadas de cada assunto possam ser abordadas de diferentes perspectivas, bem como para que cada família possa ponderar como estas situações se expressam tanto para elas quanto para os demais, conseguindo fazer um movimento que perpassa o coletivo e o individual. Para garanti-la, buscamos realizar perguntas que tragam à tona os conhecimentos e os posicionamentos dos participantes, também promovemos ao longo da reunião ponderações e intervenções que possibilitem abordar o tema de diferentes perspectivas.

Ao longo do processo deve ser garantido que os participantes possam avaliar ou reavaliar sua situação, que possam afinar ou incrementar seu conhecimento, seu repertório e suas possibilidades para melhor lidar com questões que podem representar vulnerabilidades ou riscos, bem como para que possam buscar direitos e viabilizar acessos, além de, se possível, organizarem-se coletivamente, e não mais apenas individualmente, na solução de problemas que afetam a todos.

Equipe CRAS Vila Nova União

Carla de Cassia Costa de Barros

Ana Claudia de Paula

Claudia Di Iório

Maiara Pereira Garcia

Sidney Antonio Salles

Stela Maria Bastos Lamim Oliveira

Marina Alvarenga

Bibliografia

- Brasil. (2005). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Brasília. Fonte:
https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf
- Brasil. (2008). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. CapacitaSuas Volume 2, Desafios da Gestão do SUAS nos Municípios e Estados. Brasília.
- BRASIL. (2009). Conselho Nacional de Assistência Social. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução n. 109, de 11 de novembro de 2009). Brasília, MDS.
- Brasil. (2012). *Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Orientações Técnicas sobre o PAIF - Volume 1*. Brasília.
- Brasil. (2012). *Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Orientações Técnicas sobre o PAIF - Volume 2*. Brasília.
- Brasil. (2013). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. CapacitaSUAS Caderno 1. Brasília.
- Brasil. (2017). Ministério do Desenvolvimento Social. Concepção de convivência e fortalecimento de vínculos – Brasília, DF: MDS, Secretaria Nacional de Assistência Social.
- Freire, P. (1992). *A Pedagogia da Esperança: Um reencontro com a Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Santos, M. (2005). O Retorno do Território. Em *OSAL : Observatorio Social de América Latina. Año 6 no. 16 (jun. 2005)*. Buenos Aires. Fonte:
<https://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16Santos.pdf>
- Simone Gonçalves de Assis; Tatiana Maria Araújo da Fonseca; Viviane de Souza Ferro (organizadoras). (2018). *Proteção social no SUAS a indivíduos e famílias em situação de violência e outras violações de direitos: fortalecimento da rede socioassistencial*. Brasília: Núcleo de Educação a Distância da Escola Fiocruz de Governo - Fiocruz Brasília.
- Sposati, A. (2009). Modelo Brasileiro de Proteção Social não Contributiva: Concepções Fundantes. Em M. Brasil, *Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil*.
- Oliveira, Lis Mônara Araújo de. Vulnerabilidade Social e Situações de Risco. Disponível em <https://www.passeidireto.com/arquivo/121741801/vulnerabilidade-social-e-situacoes-de-risco>. Acessado em agosto de 2021.
- Ferraz e Cavalcanti. (2006) *História de cinema: luz, câmera, transposição didática: História e Ensino*; Londrina.
- MARTINS, C.A. (2002) *Linguagem Cinematográfica e a Educação: um diálogo possível para a formação do educador*. São Paulo.

Anexo - Fluxo de Atendimento do PAIF à Pessoa Idosa e sua Família

Considerando a crescente demanda de atendimento da população idosa, principalmente de procura por atendimento em ILPI e Centro Dia, o que impactou consideravelmente o atendimento nos CRAS, surgindo assim, a necessidade de organizar o trabalho do PAIF e voltar aos objetivos estabelecidos a esse Serviço.

Considerando os objetivos do PAIF, constantes nos Cadernos de Orientações Técnicas do PAIF Volume 1, que denotam seu caráter proativo, protetivo e preventivo.

Considerando o Caderno de Orientações “Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - Articulação necessária na Proteção Social Básica” de 2016, que define o PAIF como porta de entrada para os Serviços de Proteção Social Básica a ele referenciados.

Considerando a Tipificação que define o PAIF como aquele que: “Realiza ações com famílias que possuem pessoas que precisam de cuidado, com foco na troca de informações sobre questões relativas à primeira infância, a adolescência, à juventude, o envelhecimento e deficiências a fim de promover espaços para troca de experiências, expressão de dificuldades e reconhecimento de possibilidades.” E ao qual “Todos os serviços da proteção social básica, desenvolvidos no território de abrangência do CRAS, em especial os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, bem como o Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas, devem ser a ele referenciados e manter articulação com o PAIF.” E ainda define como um de seus objetivos “Apoiar famílias que possuem, dentre seus membros, indivíduos que necessitam de cuidados, por meio da promoção de espaços coletivos de escuta e troca de vivências familiares.”

Considerando o Estatuto da Pessoa Idosa que em seus artigos 44 e 45, que versa sobre as medidas de proteção a pessoa idosa;

Sugerimos o seguinte fluxo de atendimento no PAIF e nos Serviços de Proteção Social Básica.

1- Anteriormente a acolhida PAIF, haverá acolhida na recepção, com orientações gerais sobre o Cadastro Único e sobre os fluxos dos atendimentos no PAIF.

2- Ofertar acolhida preferencialmente na modalidade coletiva, ou individualizada, constituída como importante momento de conhecimento da família e apresentação da rede de Proteção Básica: ações ofertadas pelo PAIF, SCFVI e SPSBD, como forma de prevenção das situações de risco e violação de direitos;

Porventura podem ser identificadas situações que demandam atendimento do âmbito da Proteção Social Especial. Nesses casos, é importante uma ação imediata de referenciamento da família e/ou indivíduo ao CREAS - para atendimento pelo PAEFI.

3- O PAIF não se caracteriza como porta de entrada dos Serviços de Proteção Social Especial de Média ou Alta Complexidade e sim dos Serviços a ele referenciados na Tipificação (SCFV e SPSBD). Casos que já estão em acompanhamento no PAIF, uma vez identificados a situação de

risco ou violação de direitos serão encaminhados para referência a Média Complexidade e Órgãos de Defesa de Direitos.

4- Ofertar atendimento as famílias com pessoas idosas pois, segundo as Orientações Técnicas Vol.1 “as características inerentes ao processo de envelhecimento, de um ou mais integrantes do grupo familiar, podem ocasionar o acirramento das relações intergeracionais.” Pautando-se no fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, de modo a prevenir o isolamento, ou mesmo, o abrigamento de integrantes idosos, promovendo formas de participação das pessoas idosas nas decisões familiares, apoiando a família no reconhecimento da sabedoria/experiência das pessoas idosas e na proteção dos seus direitos.

5- Ofertar ações com foco no “cuidar de quem cuida”, promovendo trocas de informações e vivências sobre as possibilidades e desafios de convívio e proteção das pessoas idosas, buscando evitar o isolamento do cuidador e minimizar o desgaste físico e emocional inerentes ao processo de cuidar. Assim, “cuidar de quem cuida” é uma forma de garantir seus direitos, e, conseqüentemente, proporcionar mais proteção aos direitos de quem é cuidado.

6- Ofertar busca ativa, atendimento/acompanhamento ao público do BPC idoso, prevendo o apoio à família no acesso aos direitos desses membros (serviços socioassistenciais e de saúde, cultura e lazer e educação), de forma a garantir seus direitos, promover o desenvolvimento de suas capacidades e contribuir para a prevenção de violências e outras formas de violação de direitos.

7- Orientar sobre a inclusão e atualização do Cadastro Único;

8- Encaminhar o público idoso para os Serviços Referenciados a Proteção Social Básica, garantindo o atendimento e/ou acompanhamento no PAIF as famílias cujos membros estão nos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. A vinculação do atendimento, pelo PAIF, da família cujo membro está inserido neste Serviço é denominada na Tipificação como “articulação”. Ela visa proporcionar o atendimento integral à família, coerente com as situações de vulnerabilidade social por ela vivenciadas, por meio da identificação das necessidades, demandas e potencialidades de cada membro, rompendo com o atendimento segmentado e descontextualizado das situações de vulnerabilidade social.